

# INTRODUÇÃO

[illegible]

Fazer esta introdução é para nós uma tarefa difícil. Aqui temos a apresentar mais do que o resultado de quatro anos de estudo, mas de um período vivido por embates *extasiantes* e *angustiantes*<sup>1</sup>. É *extasiante* por ser o final de um esforço intelectual e de um autodesafio que se traduzirá na conclusão do trabalho e na titulação almejada. É *angustiante*, pois, apesar de todos esforços, temos consciência do quão pequeno é o produto que aqui oferecemos diante de uma realidade tão ampla e desafiante como é a Amazônia. Porém, em ambas as situações, o que nos tranqüiliza é saber que temos a vida toda para compreender esta realidade, oferecendo determinadas respostas às possibilidades cognoscíveis que se mostram nestes “alegres trópicos úmidos” aqui abordados. Então, a realidade amazônica se nos apresenta como um universo desafiante de conhecimento, oferecendo a possibilidade de refletirmos e até de filosofarmos, mesmo que seja debaixo da sombra de uma árvore, a fim de nos protegermos do sol escaldante de mais de trinta graus diários.

Falar da Amazônia é tratarmos da Geografia de uma região que forma quase a metade do território brasileiro. Pensamos então que nada mais é propício de que convidar os leitores a “viajarmos no tempo e no espaço”, embrenhando-nos não apenas na selva amazônica, mas também na realidade social vivida e na complexidade das reflexões na captação do cognoscível. Então, nessa empreitada no campo da reflexão científica, nossa via de caminhar é a Geografia, porém transitando por “estradas vicinais” transcendentais ao caráter disciplinar, pois transcendente é o conhecimento, inclusive o geográfico. A inquirição da realidade é o “mapa” que nos permite desvendar o espaço agrário produzido, em que buscamos respostas nas dinâmicas e contradições que emergem da luta e da resistência do campesinato amazônico-acreano.

Por outro lado, temos de admitir que os anos de convivência nos propiciaram imagens construídas a partir de nosso confronto com esta realidade amazônica, desde nossa chegada como migrante camponês na década de 1980, até nossa condição atual de pesquisador. Então, consideramos que as reflexões aqui provêm de uma experiência

<sup>1</sup> - Para fins de tornar mais esclarecedora a leitura, embora possa ser evidente, queremos registrar o sentido do uso das palavras “entre aspas” e das palavras em *itálico*. Usamos as “aspas” para chamar a atenção quanto às palavras ou frases que podem ter sentido “figurado” ou até que expressem certa “dubiedade” (exceto quando se refere a citações bibliográficas, o que se trata de uma norma da organização do trabalho científico); já nas

vivenciada que nos permite uma visão, não apenas como estudioso interessado pela Amazônia, mas de um intelectual amazônida que ousa falar de uma realidade em que é parte dela. Não mais se trata de uma relação do sujeito que se embrenha na realidade do objeto a ser pesquisado, mas sim de uma inter-relação intrometida do sujeito e objeto no constante processo em que buscamos conhecer a realidade, promovendo condições de ao mesmo tempo nos conhecermos socioespacialmente.

Ademais, mesmo considerando os aspectos transdisciplinares do conhecimento, nossos apontamentos aqui estão mais voltados para os ramos científicos cujos objetivos direcionam-se às investigações dos processos humanos e sociais em sua materialização espacial e temporal. Mas o que especifica este conhecimento humano? Conforme **Demo**<sup>2</sup> (1985), considerando estes ramos humanos e sociais do conhecimento científico, podemos caracterizá-los por seis momentos: a) – seu “objeto é histórico”, e isso significa que é caracterizado pela situação de “estar” (situação passageira) e não de “ser” (condição permanente); b) – é um “fenômeno particular da consciência histórica”, ou seja, fazemos história sim, mas em condições específicas que, em geral, são mais fortes que nossas idéias; c) – a “identidade entre o sujeito e o objeto estabelece uma relação em que, quando estudamos a realidade social, estudamos a nós mesmos”; d) – as realidades sociais se manifestam mais em formas qualitativas do que quantitativas; e) – o “caráter ideológico” está contido no objeto, isso quer dizer que a cientificidade é resguardada quando estes traços prevalecem sobre os ideológicos, sendo que todas as técnicas possíveis de mensuração da realidade não podem ter como objetivo primeiro a busca de superar suas pretensões ideológicas, mas salvaguardar as condições favoráveis de manipulação mais objetiva; f) – a “sombra da ideologia”, a imbricação com a prática, para além da teoria, isto é, a práxis do estudioso.

Assim, ao abordarmos a realidade social pela busca da apreensão do objeto, constituímos a nossa metodologia, ou seja,

A ciência propõe captar e manipular a realidade assim como ela é. A metodologia desenvolve a preocupação em torno de como chegar a isto. É importante percebermos que a idéia que fazemos da realidade de certa maneira precede a idéia

---

palavras e frases destacadas *em itálicos* enfatizamos termos e conclusões importantes do ponto de vista conceitual aqui estudado.

<sup>2</sup> - Aqui cabe um esclarecimento do ponto de vista técnico de formatação do trabalho. Para fins de diferenciação entre as fontes bibliográficas e as referências que fazemos aos depoimentos de sujeitos sociais entrevistados,

de como tratá-la. Nisto fica claro sua posição instrumental por quanto está a serviço da captação da realidade (DEMO, 1985, p. 20).

Assim, na construção de uma pesquisa, muito mais do que privilegiar este ou aquele método ou metodologia, é preciso estar ciente de que esses também são processualmente construídos no decorrer da pesquisa<sup>3</sup>. Então, nossa visão aqui é a de que a opção pelo método envolve o domínio de técnicas no tocante ao tratamento operacional da pesquisa, porém, estas devem estar em sintonia com o constructo daquilo que é o objeto cognoscível. Essas técnicas serão adequadas quando nos ajudam a captar o cognoscível nas investigações, guiando o raciocínio crítico e reflexivo que desenvolvemos sobre o pesquisado. O método é apenas o “caminho”, ou ainda um meio e não o fim da pesquisa (o que consistirá no conhecimento do objeto, numa intrínseca relação com o sujeito). Por isso é que se pode afirmar que o método diz respeito a fundamentos nos quais apoiamos nossas reflexões (OLIVEIRA, 1998), ou seja, o método é uma via pela qual acessamos a cognoscibilidade do objeto, mas é nossa inteligência, nossa reflexão que nos permite acesso aos fatos, fenômenos ou processos que estão na realidade investigada e que nós buscamos apreender (CERVO e BERVIAN, 1976).

Portanto, perante a realidade, a pesquisa é, em si, o principal campo de aprendizagem do próprio método. Nela é que o pesquisador se sobressairá a partir de seu engajamento, da sua experiência e capacidade de desenhar o “caminho” para melhor apreender o objeto e restituí-lo na sua investigação como conhecimento produzido. É preciso que estejamos cientes de que, ao repensar o método, este é também produto daquilo que está interpenetrado no caráter, na personalidade, ou melhor, na “alma” do estudioso que, na busca por conhecer, traz para sua prática a condição de sujeito social, no seu envolvimento político e no reconstruir do projeto social que almeja com sua prática de investigador. Se pretendermos compreender o objeto no livre e pleno exercício de nossa atividade científica, “devemos recorrer a todas as idéias, todos os métodos e não apenas a reduzido número deles”

---

optamos por citar os nomes de autores referidos no âmbito das frases, sempre **em negrito** e dos entrevistados **sem o negrito**.

<sup>3</sup> - Assim acreditamos que é interessante entendermos a distinção entre metodologia e método. A metodologia refere-se aos procedimentos, à demonstração prática das “ferramentas” que usamos para operacionalizar a pesquisa. O método refere-se ao caminho para se alcançar o objeto cognoscível. Reflete a maneira de reproduzir o pensar, o conteúdo apreendido do objeto, assim como da forma de retransmitir o conhecimento produzido. Nisso a operacionalização da pesquisa perpassa pela definição metodológica, dando conteúdo significativo aos procedimentos concretos e qualificando a coerência da proposta de pesquisa. A metodologia é o meio para chegar e abordar o objeto cognoscível, ao mesmo tempo em que o método é o caminho por onde este “meio” deve trilhar. O método segue o caminho das dúvidas, em constante inquirição à realidade (JIMÉNEZ e RAMOS, 1974), enquanto que a metodologia é formada pelos passos definidos para abordá-la.

(FEYERABEND, 1989, p, 462). Assim, nesta pesquisa, buscamos entender a amazônica-acreana na apreensão da dialética que produz o espaço a partir da realidade que se deslancha no âmbito da luta dos camponeses e das inter-relações que daí derivam no conjunto da sociedade, na qual estamos inseridos. Daí, não vemos nenhuma limitação ao optarmos por uma construção do método sob pressupostos mais heterodoxos, como poderá ser notado no decorrer da pesquisa.

Na construção do procedimento metodológico visamos operacionalizar os passos que demos no desenvolver da pesquisa, desde a análise geral e a revisão, até o trabalho de campo e a pesquisa documental. Durante todo o período (2001 a 2004), estivemos envolvidos com leituras, consultas na Internet, busca de documentos em arquivos e redação, isto é, naquilo que chamamos de *Trabalho de Gabinete*. Por outro lado, na operacionalização da pesquisa, estivemos envolvidos em: visita com aplicação de entrevistas em comunidades vinculadas às associações e cooperativas em Brasiléia, Epitaciolândia, Cruzeiro do Sul, Boca do Acre (AM), Nova Califórnia (RO), Sena Madureira, Xapuri, Feijó, Tarauacá, Plácido de Castro e Rio Branco; visitas e coletas de informações às sedes das centrais de associações e cooperativas nas cidades; levantamento de dados complementares junto a UFAC, secretarias estaduais e municipais de agricultura, INCRA, IMAC, SEPLAN/AC, CPT/AC, CTA, etc; levantamento de informações sobre o papel das Centrais de Associações e cooperativas em áreas da *cidade, campo e floresta*. Cabe observar que também aproveitamos entrevistas feitas no período de 1998/99, na ocasião em que estávamos elaborando a Dissertação de Mestrado.

Nesse processo, tivemos uma maior inserção no âmbito da realidade pesquisada, de forma que o constante ir e vir no tempo e espaço nos permitiram ver a realidade em sua dinâmica constante. Daí se fez necessário, em certas situações, o retorno a alguns raciocínios (o que não se trata de repetição) como forma de contextualizar melhor a problemática focalizada<sup>4</sup>.

Assim, no tocante à inquirição sobre o conteúdo pesquisado, este emerge de uma constatação que fizemos ainda na ocasião da elaboração da Dissertação de Mestrado (1997-1999). Vimos que a partir da instituição da luta camponesa, houve grande interesse na realidade agrária amazônica-acreana por questões que nos colocava perante outras perspectivas de desenvolvimento regional. Estas tanto foram aí geradas e projetadas, como

---

<sup>4</sup> - Ressaltamos que outra informação a ajudar na leitura do trabalho será a inclusão de um "Glossário" de termos regionais e de uma "Lista" de abreviatura e siglas; justifica-se, pois, embora tenhamos incluído no decorrer do texto seus significados, nas situações em que repetimos a palavra (termo regional, sigla ou abreviação), não repetimos o significado. Daí esses recursos ajudarem a leitura quando for necessária a localização imediata de tais significados.

provindas por influências externas. O importante é que notávamos que o *problema do desenvolvimento* estava colocado no *âmago da questão agrária regional*. Então, havia um vasto campo de análise das perspectivas de desenvolvimento regional e que podiam ser entendidas a partir desta realidade agrária. A perspectiva para um projeto de desenvolvimento, há muito tempo buscado no seio dos movimentos de camponeses, começa a se corporificar a partir das organizações associativistas e cooperativistas. Já nos anos mais recentes, perante a atuação do Poder Público Estadual, o significado deste desenvolvimento iria muito além das questões do ambiente agrário e dos movimentos sociais organizados.

O panorama político do Estado do Acre, sob as mudanças políticas ocorridas, acenavam para nova possibilidade de avanço no conjunto dos movimentos sociais. No âmbito de um projeto reformista de desenvolvimento, os propósitos gerados no contexto das lutas sociais encontram espaços para avanços, porém também encontram processos de cooptação e de imposição por parte do Governo à sociedade organizada. Então há avanços e recuos no alcance da luta e da resistência camponesa, mas também da sociedade em geral.

Nessa conjuntura, estávamos certos de que havia pontos que nos permitiam compreender a realidade amazônica-acreana no âmbito da geração de novos propósitos de desenvolvimento agrário regional. Daí, então, vemos uma realidade que está intrinsecamente marcada pelo processo de *luta pela terra e luta na terra* que nos revelam, via organizações coletivas<sup>5</sup>, perspectivas de mudanças e de firmação no espaço vivencial camponês no ambiente agrário local. Daí derivam as teses que desenvolvemos ao longo deste trabalho, tais como:

- As lutas e resistências camponesas se inscrevem no âmbito de um longo processo de formação social da região.
- As condições reais do espaço regional produzido são parte de uma conotação de predomínio do agrário como instituinte da realidade. Daí se forjam condições para apreender novas faces do espaço agrário produzido, o que nos dá a especificidade regional.

---

<sup>5</sup> - Aqui estamos nos referindo às seguintes organizações: CAPEB (Central de Associações de Produtores Rurais de Etipaciolândia e Brasília); Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado) de Nova Califórnia, Rondônia; CAEAP (Central de Associações pequenos produtores Extrativistas e Agricultores Ribeirinhos do Rio Purus) de Boca do Acre-AM.; Central Bom Jesus do Abunã de Plácido de Castro; CAEX (Cooperativa Agroextrativista de Xapuri); COOPERIACO (Cooperativa de Pequenos Produtores do Rio Iaco) de Sena Madureira; CASAVAJ (Cooperativa das associações de seringueiros e agricultores do Vale do Juruá) de Cruzeiro do Sul; ASPERTA (Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Tarauacá); COAF (Cooperativa Agroextrativista de Feijó); e COOPEC (Cooperativa das Centrais de Associações do Estado do Acre) de Rio Branco.

- A propriedade familiar camponesa é viável na Amazônia. Porém, esta viabilidade somente é duradoura quando vir mediante uma organização da produção, do produtor e da comercialização por vias que valorizem a coletividade e a autonomia da classe.
- O desenvolvimento de SAFs pode ser uma alternativa para a produção diante dos problemas ambientais e de culturas tradicionais e a busca de mercado, na geração de renda familiar.
- Os alcances dos ganhos destas iniciativas não são limitados aos associados, pois possibilitam também às comunidades acesso a produtos alimentícios a preços mais acessíveis e, ainda, criam empregos e ocupações na *cidade* e no *campo*.
- Tais iniciativas, de imediato muito mais que um instrumento de transformação social, na realidade capitalista são formas de readequação ao mercado deste tipo de propriedade, de sua força-de-trabalho, de sua produção e de produtos regionais, promovendo maior poder de capitalização da força de produção camponesa e maior mercadorização da natureza. Nisso, também podem residir formas de subordinação impetradas pelo capital.
- Os propósitos de “desenvolvimento sustentável” propostos pelo Governo do Estado têm reflexos sobre os movimentos sociais da *luta na terra*; porém, sua atuação nem sempre se dá por relação de conformação, mas também por pressão e apropriação de propósitos da luta. Daí há a geração de parcerias, mas também tentativas de imposições.

Com estes propósitos então traçamos uma análise sobre a viabilidade da produção familiar camponesa no espaço agrário, no processo relacional com as formas de organização coletivas e de desenvolvimento, no contexto das novas faces da reterritorialização do capital em nível regional, nacional e global. Dessa forma, surgem pontos fundamentais a partir da afirmação e revisão destas teses como base para repensarmos as alternativas viáveis para o planejamento do desenvolvimento agrário, sobretudo na região da Amazônia-acreana. Então, com relação à unidade de produção camponesa que definimos como espaço objetivo de nossa pesquisa e também objeto de investigação, podemos caracterizá-la por dois processos fundamentais:

- O primeiro, refere-se à expropriação, em que fica demonstrado que a falta de uma política agrária justa expulsa o homem de sua terra de trabalho e cria, na sociedade, a falsa idéia de que sua saída do *campo* ou da *floresta* para a *cidade* provém de seu próprio desinteresse para com a terra. Ressaltamos, entretanto, que na região acreana, estes processos são menos intensos nas áreas de PAEs e RESEXs.
- O segundo, refere-se àquilo que caracterizamos como movimento de resistência em permanecer na terra para vencer as barreiras geradas no primeiro processo (de expropriação), isto é, *a luta na terra*. Aí situam-se a resistência e o embate na busca da formação de organizações comunitárias e da união destas como instrumentos de força coletiva.

Buscando viabilizar a construção de um *projeto camponês autônomo* e condizente com as condições eco-ambiental, regional e de mercado, estas organizações procuram um “projeto modelo” alternativo de desenvolvimento agrário local. Almejava-se algo que fosse ao encontro de suprir suas necessidades comerciais, ainda que articulados às tendências do mercado capitalista atual, mas também que possibilitassem a afirmação de sua autonomia e auto-sustentação familiar e coletiva camponesa, sob base de produção não-capitalista. Nesse processo irá então encontrar respaldo externo, dentro de propósitos de viabilização de mercado e metas políticas reformistas:

- Inicialmente, surge então a opção por propósitos de desenvolvimento que buscam revalorizar o potencial produtivo amazônico; mas ainda numa visão muito prática de garantir ganhos sociais aos associados. Conciliar-se-ia, então, a preservação ambiental com o anseio dos camponeses por produtos de grande aceitação comercial e com a necessidade do mercado mundial por produtos naturais, ecologicamente produzidos sem agredir a natureza. Aí se abriu um campo fértil para a expansão e prática das teses e da ideologia do “desenvolvimento sustentável”, que foi depois abraçada pelo atual Governo do Estado do Acre e colocada também para os movimentos camponeses referidos.
- Nesse processo de reprodução socioeconômica, há formas mais fortes de subordinação do trabalho e da produção camponesa perante a reprodução capitalista geral, e sua implicação na produção do espaço local. Assim, a mercantilização do “verde”, gradativamente, torna-se o *marketing* dos produtos (a marca ecológica) destas organizações e

empresas privadas, criando-se uma fatia do mercado em que poderão adentrá-lo. Aí o capital age subordinando a força-de-trabalho e recursos naturais semi-excluídos, na organização interna destas associações ou cooperativas, e externando a partir dos financiamentos e da comercialização de suas mercadorias.

Cabe ressaltar aqui que quando entendemos o camponês como classe social e o tratamos como *classe em si e para si* (ALMEIDA, 2003). Em ambas as situações, sua condição é a de um sujeito que traz à sua existência, de modo intrínseco, um qualificante como ser complexo: é uma classe que comporta em si a condição de deter os meios de produção essenciais (condição de ser proprietário ou posseiro) e a força-de-trabalho (condição de ser trabalhador), e ainda, da aplicação destas condições no processo produtivo (condição de ser produtor), no âmbito de sua inserção na sociedade; isso quer seja por processos de auto-criação na luta pela terra, quer seja pela recriação pelo próprio capitalismo no âmbito de políticas de assentamentos e de colonização<sup>6</sup>. Daí, em certas circunstâncias, na unidade na diversidade que compõe o campesinato como classe, seus projetos sociais encontram com os projetos do proletariado (para um exemplo, basta considerarmos que nas manifestações camponesas em Rio Branco, sempre houve apoio deliberado dos sindicatos urbanos). Então, não vemos nenhuma contradição de tratar estes camponeses com o termo de trabalhador, até porque esse termo é referencial de sua identidade social, em que não negam, apesar de reconhecerem suas condições diferenciais no âmbito estrutural e conjuntural da sociedade<sup>7</sup>, com relação ao trabalhador da cidade.

Diante da problemática colocada, podemos então dizer que a questão a ser discutida perpassa pela investigação de indagações como: Quais são as reais condições que a produção camponesa no espaço agrário regional pode ser viabilizada do ponto de vista de sua

---

<sup>6</sup> - Para melhor entendimento quando tratamos destas características, optamos por fazer sob a ótica do exercício do domínio sobre a terra. Assim, é bom distinguir a questão que referiremos como domínio legal e domínio legítimo da terra. A questão da propriedade juridicamente reconhecida dá um domínio sobre a terra ao proprietário, que se inscreve no direito adquirido ao comprar ou recebê-la escriturada. Isto é condição para o capitalista ou proprietário de terra existir juridicamente. Ao campesinato não necessariamente, pois como posseiro ele detém uma legitimidade baseada no uso da terra, na relação sentimental travada com o ambiente local, nos costumes, nos embates com proprietários legais ou grileiros, em enfim numa economia moral (THOMPSON, 2002) que se baseia nesta relação travada por longos anos, gerações de convívios inscritos no significado da vivência do lugar, apreensível, p.e, quando esses reconhecem que não tem documento da terra, mas tem ali gerações de familiares vividas – o cemitério é o testemunho; e, os filhos, netos e até bisnetos com que divide seus espaços e territórios vivenciais é a certeza da continuidade.

<sup>7</sup> - Para pensarmos isso é bom lembrarmos que estes camponeses sempre identificam seus sindicatos como *sindicatos dos trabalhadores rurais*, constando em seus estatutos esta condição como requisito para se associar, juntamente à propriedade e posse familiar da terra. Por outro lado, em conversa com estes sujeitos sociais, eles sempre ressaltam que são diferentes de nós (da cidade), pois são donos de onde trabalham, produzem primeiro o



consolidação na formação socioespacial da Amazônia-acreana? Qual a relação existente entre o cooperativismo/associativismo e o desenvolvimento agrário para a produção camponesa, e desta com os novos anseios de mercado? Seria isso forma de integrar a mercantilização da natureza com o controle da mão-de-obra marginalizada numa região economicamente periférica, mas mundialmente estratégica? O que isso pode representar de ganhos sociais internos (para os associados/cooperados) e externos (para a sociedade em geral)? As dimensões de solidariedade e sustentabilidade sociais que atingem as comunidades e grupos sociais envolvidos tornam-se valores passíveis de realização numa sociedade sob a economia de mercado? Tendo estas questões como guias, fizemos nossas considerações ao longo do trabalho organizando e apresentando-o em quatorze capítulos, assim sistematizados:

Nos quatro capítulos iniciais, estabelecemos os possíveis “recortes” da pesquisa quanto a sua dimensão de abrangência espaço-temporal, na seguinte seqüência:

No **Capítulo 1**, tivemos como objetivo tecer considerações sobre os processos que promoveram as dinâmicas atuais da fronteira acreana. Então, consideramos que na atualidade há uma sobreposição e interpenetração das diversas fases de articulação socioespacial do território acreano. Isso o coloca, ora como periferia do processo de industrialização dos países estrangeiros, cabendo-lhe o papel fundamental de fornecedor de matéria-prima; ora sendo incorporado à rearticulação territorial do capitalismo no Brasil, desempenhando a condição de espaço para a especulação fundiária e, mais recentemente, como espaço que incorpora no seu processo produtivo condições objetivas para experimento de novos paradigmas de desenvolvimento global, que localmente estão em curso. Na prática, isso se refere às *rugosidades* da frente pioneira extrativista, sobreposta pela expansão da frente pioneira agropecuária que, no contexto atual, estão envolvidas no processo da adoção do projeto de “desenvolvimento sustentável”. Então vemos uma nova dimensão da fronteira na qual há uma revalorização do sentido técnico e ecológico da produção agroextrativa que agora se coloca como linhas divisoras no processo de produção do espaço regional.

No **Capítulo 2**, tratamos de firmar a base territorial para análise dos processos que promoveram as dinâmicas atuais da fronteira acreana. De início, podemos dizer que é possível apreender a formação regional conforme o processo histórico vivido na produção do espaço acreano. Assim, propomos um recorte territorial em que a diversidade regional amazônica não pode ser vista como um construto natural das redes hidrográficas ou da floresta em si, mas sim como criação humana/social processada na interação com o

---

que necessitam para o próprio consumo, estabelecem seus próprios ritmos de atividade, tem necessidades de consumos diferentes das nossas etc.

ambiente natural. Partindo dessa compreensão, iniciamos o estabelecimento de considerações sob o ponto de vista espacial e temporal da pesquisa, sobre a territorialização regional que se concretiza a partir do Acre, no âmbito da Amazônia Sul-Occidental. Com isso, fixamos pontos básicos que nos permitem a apreensão da nítida definição de uma formação regional nesta parte da Amazônia: a *Amazônia-acreana*.

No **Capítulo 3**, buscamos a compreensão do espaço agrário produzido na Amazônia-acreana. Então propomos superar a leitura feita simplesmente pela apreensão da dicotomia *campo-cidade* ou *rural-urbano*. Assim, concebemos que o *agrário regional*, no contexto das relações que o produziram, traz para os dias atuais feições espaciais que não podem ser apreendidas simplesmente pela aplicação desses conceitos. A condição que a produção global impôs ao espaço local resultou em certas especificidades, que nos fazem questionar se tais categorias de análise contemplam as dimensões de um espaço que começou a ser produzido a partir da floresta. Mostramos então que, aqui, a *floresta* não foi e não é sinônimo de espaço não-produzido. Sob as bases da produção da empresa extrativa, os seringueiros demarcaram os territórios produtivos das empresas e do trabalhador (seringal/colocação), seus territórios vivenciais (colocação/colônia); abriram as estradas de seringas, os varadouros, as clareiras onde construíram suas moradas e as sedes dos barracões; identificaram as árvores produtivas, aprenderam a colher da *floresta* muitos recursos nela contidos para o seu viver cotidiano. Daí, a *floresta* chegar aos dias de hoje como espaço pelo qual também se luta para mantê-la como ambiente de vivência social. Assim, a realidade agrária aí se manifesta se distinguindo entre *campo* e *floresta*, mas com marcantes influências destes sobre a *cidade*.

No **Capítulo 4**, buscamos a apreensão da dimensão social dos sujeitos que produzem a dinâmica da realidade vivida que estamos estudando. Vimos que muito tem se tratado das lutas e movimentos sociais rurais, na Amazônia-acreana, porém pouco se tem atentado para identificar e localizar os sujeitos que produzem tais dinâmicas nesta realidade vivida, no âmbito da sociedade que nos insere. Assim caracterizamos de forma mais nítida a formação social de uma classe camponesa, que se institui a partir da produção florestal. Ao longo dos diversos processos que norteiam as ações da empresa extrativistas, o campesinato tanto é recriado por força dominante (como nas colônias agrícolas) como se auto-recriam (nos momentos em que a estrutura dos seringais permite) como uma classe social que busca construir sua autonomia e identidade. Então, ao longo do século vinte diversificam-se como categorias sociais, mas unificam-se no projeto de vida ligado ao acesso a *terra de trabalho* (MARTINS, 1983, 1991). Daí nossa reflexão para compreender como estes *sujeitos sociais*,

portadores de uma *identidade agrária (a agrariedade)* regionalmente formada, se colocam no âmbito das luta e da sociedade em geral<sup>8</sup>.

Na parte que vai do capítulo quinto ao oitavo, aprofundamos a questão, fazendo uma reflexão sobre a luta e resistência deste campesinato. Então a apreensão da sua diversidade social e a busca de construir maior unicidade na luta são pontos fundamentais para compreender as estratégias de resistência que são travadas. Assim, abordamos esta problemática conforme a seguir explicamos:

No **Capítulo 5**, continuamos as considerações sobre a apreensão da classe camponesa na Amazônia-acreana. Assim nas reflexões tratadas buscamos responder a certas indagações, como: do ponto de vista do processo de formação social e econômica, quem são estes sujeitos que vemos como camponeses? Como e porque estes resistiram e ainda resistem há mais de um século, passando por períodos de dominação e de submissão nos seringais? Como se colocam na atualidade perante a reconstrução de identidade (s) camponesa (s) e trabalhadora (s) na região? Seria o significado de um campesinato que se principia da *floresta*, mas se diversifica também no *campo*, o ponto fundamental para compreendermos a realidade da luta pela terra e pela permanência na terra hoje? Então, respondendo a essas indagações, mostramos a condição efetiva de *classe em si e para si* que norteia a dinâmica da realidade agrária produzida a partir dos movimentos sociais de luta e resistência camponesa.

No **Capítulo 6**, desenvolvemos uma análise sobre território no contexto da realidade camponesa. Então, voltando um pouco no tempo para entender isso, vimos que o camponês amazônico-acreano, na construção de sua territorialidade, forma-a sob fortes laços opressores dos seringais; isso, com raras exceções àqueles grupos que desde os primeiros anos do século XX, iniciaram trabalhos em pequenas colônias agrícolas. Os conflitos gerados, nesse contexto, não ameaçavam, no plano territorial, a base física da vivência camponesa florestal, processando-se mais no plano da circulação de mercadorias, sendo que a autonomia que gozava a *colocação* no sistema de aviação, dava-lhes condições de conviver com os agentes capitalistas remanescentes dos seringais. A profunda relação que criou entre

---

<sup>8</sup> - Para uma aproximação inicial da questão da camponesa podemos considerar o processo de sua recriação na região amazônica-acreana. Nisto vemos que primeiro houve uma recriação pelo capital que os trazem do Nordeste, colocando-os a seu serviço como *escravos por dívidas* nos seringais (MARTINS, 1997), mas em momentos necessários, de crises nas empresas extrativistas são tomadas medidas de criação de colônias agrícolas ou de incentivos para a diversificação produtiva. Foi então perante o abandono das empresas extrativista e na luta pela sobrevivência desses sujeitos trabalhadores na floresta que houve o começo de auto-recriação camponesa após a segunda década do século XX. Posteriormente, a partir da década de 1970, haveria uma ampliação maior no âmbito dos conflitos pela terra e dos processos de auto-recriação; porém também com políticas de assentamentos, haveria uma maior ampliação de ações do próprio modo capitalistas de produção novos criando mecanismos de recriação camponesa nos diversos projetos de colonização e assentamentos.

seringueiros e as terras florestais que viviam, nos sistemas produtivos remanescentes dos seringais, fez com que esses, ao serem ameaçados pela mudança da nova frente capitalista pós-1970, reagissem de imediato. Assim, saem em defesa dos padrões produtivos extrativistas, mas não pautados no seringal e sim na colocação como unidade produtiva. Essa já é concebida enquanto espaço físico no qual sua territorialidade se materializava, ou seja, territorializava como concretização definitiva da *espacialidade* de sua reprodução familiar. As reações agora tornam ações conjuntas e coletivas contra as possibilidades de perderem as condições que socialmente foram conquistadas, isto é, de ser e de viver como um campesinato (a realização do *habitus* de classe camponesa) que ao longo das últimas décadas vividas venceu processos opressivos e forjou um modo de vida a partir da floresta (no sentido de um *habitus florestano*). Nesses momentos, podemos dizer que a luta ganha um caráter territorial, pois passam a lutar tendo como meta fundamental a conquista do reconhecimento de sua terra de trabalho. A nosso ver, estas questões, vistas a partir da dimensão territorial, são condições básicas para compreendermos o sentido da formação de autonomia local, no conjunto da luta nos movimentos dos trabalhadores organizados na Amazônia-acreana.

No **Capítulo 7**, dedicamo-nos a discutir o sentido socioambiental dos movimentos de resistência. Assim, mostramos que no âmbito da luta e resistência o seringueiro, como sujeito precursor da produção camponesa na região, incrustado na sua formação histórica e social, trouxe aos momentos de avanço da fronteira agropecuária legados de um século de convívio e aprendizado de vida e de trabalho na *floresta*. Nisso constituiu a *base geográfica* de modos de vida, formas de reprodução social e ambiental, práticas coletivas e comunitárias em que a *floresta* está tanto na raiz da geração de seus meios de subsistência e produção econômica, como permeando o imaginário e o simbólico social que se instituem no seu cotidiano. Portanto, nessa situação, a *floresta* está para o seringueiro como está o roçado, a lavoura e as plantações em áreas desmatadas para o colono assentado. Politicamente a *floresta é espaço de vivência* vital para a existência desses sujeitos, nem tanto pelos recursos disponíveis, mas pela significância que ganhou ao longo da formação socioespacial, inclusive como instituidora do imaginário social que se forma. Então, ao se localizarem, esses sujeitos sociais recriam modos de vida estritamente vinculados ao ambiente da floresta que os insere. Por outro lado, os migrantes camponeses que foram assentados nos projetos do INCRA, surgem no contexto da reprodução deste espaço agrário, em igual condição estruturalmente, mas muito diversos do ponto de vista sociocultural. Daí, por alguns anos, estes grupos camponeses não se vêem como de uma única classe social que compartilham “destinos”. Vêem-se sim como sujeitos sociais diferentes. Esse conflito diminuirá somente no contexto de

abrangências mais generalizantes dos processos de expropriação da terra acessada, já por volta do final da década de 1980 e início da década de 1990. Então, principia o fortalecimento da participação desses camponeses migrantes nos sindicatos e movimentos sociais rurais, sobretudo na organização de associação e pequenas cooperativas em que, no geral, estes traziam maiores experiências, ou seja, no âmbito da *luta na terra*. É com esses pressupostos que apresentaremos uma caracterização e problematização da questão das lutas e dos movimentos dos trabalhadores rurais amazônicos-acreanos. Assim buscamos ver a realidade das lutas locais no seu encontro com as dimensões políticas da idéia de *sustentabilidade*, quer seja com suas organizações coletivas, ou com a otimização da revalorização dos recursos naturais regionais como *mercadorias verdes* (“as ecomercadorias”). Assim, tais camponeses organizados montam estratégias que reforçam sua resistência contra os processos de expropriação que os ameaçam, mas se adequam cada vez mais a este mercado. A questão que fica, a saber, é se nisso está sendo gerada uma alternativa da construção de autonomia, ou se são apenas “novas formas de dominação” engendradas pela reprodução capitalista que submete o lugar? Então tratamos das questões no campo das possibilidades<sup>9</sup>.

No **Capítulo 8**, ainda aprofundando as questões dos capítulos anteriores, focalizamos as mudanças no uso do território. Partimos então da constatação de que no âmbito da luta camponesa, a resistência é também um processo de mudanças de conduta em que se deixa a passividade e começa a tomar iniciativas de auto-organização<sup>10</sup>. Este caráter é de peso fundamental, visto que, sob tais iniciativas, as práticas sociais camponesas manifestam-se por ações criativas para se colocarem coletivamente perante a realidade envolvente. Nisso se apresenta por uma ambigüidade (CHAUÍ, 1985), pois ao mesmo tempo estes aspectos também tornam o camponês mais exposto a processos externos na sociedade geral, sobretudo no mercado. Então, conviver com a ambigüidade é uma condição da luta e da resistência, visto que o isolamento é impossível e inconcebível. Com estas considerações, levantamos bases para uma reflexão sobre as mudanças recentes no tratamento de políticas voltadas para

---

<sup>9</sup> - Sob esse ponto de vista, considerando que a realidade não pode ser resumida ao que existe materialmente, concordamos com Boaventura de S. Santos (2002, p.25) que “a realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas”.

<sup>10</sup> - É interessante aqui pensarmos no sentido do significado da *resistência* e da *luta*, no contexto vivido. Enquanto a luta se faz presente como condição do embate cotidiano nos processos sociais envolventes, a resistência camponesa é sua condição permanente de embate na sociedade. Então, é busca de inovação e transformação (p.e., novos padrões vida, de produção e consumo), mas também da manutenção de condições vivenciais existentes (p.e., modo de vida, condições de manutenção no domínio do tempo e espaço estabelecido). Portanto, no âmbito dos laços que prendem dialeticamente as classes sociais no contexto processual que reproduz o espaço vivido, não há resistência sem luta ou luta sem resistência.

o espaço agrário produzido na Amazônia-acreana. Então, apresentamos as mudanças paradigmáticas no uso que implementam a terra florestal e as perspectivas locais, no âmbito de suas significações. Daí questionarmos: o que significa o sentido da firmação de uso florestal do território como definidor de padrões de mercadoria e do desenvolvimento regional? Como ficam as pretensões camponesas quando estão envolvidas no âmbito da consolidação dos territórios das Unidades de Conservação? Vemos nestas perguntas situações que permitem traçarmos uma análise crítica do significado das mudanças que têm sido implementadas no espaço produzido regional, seja via as pretensões locais sobrepostas por propósitos globais no âmbito dos movimentos ambientalistas e na adoção de novos padrões produtivos, seja como políticas de regularização fundiária em territórios florestais pelo poder público Estadual e Federal.

Nos capítulos nono e décimo, discutimos a questão das mudanças na adoção de políticas de desenvolvimento que principiam no âmbito do confronto da luta, mas também nos reflexos de seu significado no contexto mundial. Daí há mudanças nos padrões de desenvolvimento regional que emergem dos movimentos em suas estratégias de resistência, ao passo que também há a cooptação de seus ideais de luta no âmbito dos projetos mundializados da “opção” pelo “desenvolvimento sustentável”. Na prática isso implicou em mudanças nos padrões produtivos no âmbito agrário, na maior imbricação das organizações camponesas com direções impostas pelo mercado etc. Vejamos:

No **Capítulo 9**, discutimos a questão do desenvolvimento. Então demonstramos que desde o final dos anos 1950, no plano mundial, começou de forma mais deliberada um despertar para o perigo das destruições massivas da natureza e dos impactos já sentidos com as mudanças globais. Em algumas camadas da sociedade, principiava a tomada de consciência de que o desenvolvimento seguido pela humanidade era incompatível com o equilíbrio da vida no planeta. Assim, organizações governamentais e não-governamentais do mundo inteiro se mobilizaram para a questão e gradativamente ganharam espaço em todos os setores sociais, econômicos, políticos e acadêmicos, sobretudo nos países mais enriquecidos do mundo. A Amazônia é rapidamente transformada em área de preocupação mundial. É nessas circunstâncias que, já por volta da década de 1980, os movimentos de resistência dos camponeses locais irão encontrar a ressonância mundial devida a suas lutas localizadas. O apoio, então, ocorreu tanto no campo logístico, em que projetaram lideranças amazônicas em nível mundial, como no plano financeiro, com o financiamento a projetos alternativos de desenvolvimento de grupos organizados que buscaram produzir outras condições para sua existência, contrapondo-se aos propósitos desenvolvimentistas que os subjugaram nas três

últimas décadas do século XX. Assim, manifestaram dimensões na luta desses camponeses que buscavam muito mais que conquistas para sobrevivência da classe; seus anseios nos movimentos sociais já apontam para a necessidade de uma “alternativa ao desenvolvimento regional”. Essa abertura possibilita o encontro com os propósitos do “desenvolvimento sustentável” (criado nos países mais ricos do planeta) que já se colocava no plano global, sobretudo como indicação de direção políticas ideais para os países e regiões mais empobrecidos do planeta. Assim, o termo “desenvolvimento sustentável” torna-se um paradoxo, pois dele todos falam. Mas, então o que é esse *desenvolvimento*? E a questão de *ser sustentável* ou de *ter sustentabilidade, como fica*? O que se pode dizer é que no contexto amazônico-acreano, seja como significados gerados no âmbito da luta ou do sentido acatado do discurso mundial, muitos novos conceitos e práticas hoje difundidas advêm como parte desta conjuntura do confronto ou encontro do local com o mundial. No âmbito da produção camponesa, no espaço agrário não vemos apenas possibilidade de submissão, mas também de reais condições da firmação de bases para uma auto-sustentação camponesa em seus modos de vidas e em seus espaços vivenciais. Nisso então residem as questões que tratamos no decorrer deste capítulo.

No **Capítulo 10**, partindo destas mudanças que se dão no âmbito da adoção de novos padrões produtivos, voltamos nossa atenção à compreensão do mercado e da circulação de mercadorias. Então, demonstramos como que de forma diversa no caminho de sua externalidade, a *luta na terra* tende a se cruzar com o mercado, pois o mercado é uma instância espacial em que a sociedade como um todo se realiza perante sua necessidade de comprar e vender. Assim, é no âmbito da circulação que ocorre a externalização da produção camponesa. Então, as organizações coletivas são, necessariamente, instrumentos de viabilização da produção camponesa na suas “idas ao mercado”. Daí discutimos a questão de que *ir ao mercado todos nós vamos*, porém o problema é como será essa ida (esta inserção), enquanto trabalhador (produtor da auto-sustentação familiar e de mercadoria), enquanto iniciativa coletiva e enquanto produtores de uma mercadoria tendo certas conotações simbólicas de luta e resistência de uma categoria social camponesa, e do sentido ecológico da Amazônia. Qual o caráter dessa maior inserção no mercado: submissão ou negociação, aos seus ditames? É nesses pontos que detemos nossas reflexões no decorrer deste capítulo, demonstrando que o mercado é muito mais do que espaço de pragmatismo de compra e venda.

Nos Capítulos décimo primeiro e décimo segundo, já iniciando o fechamento da pesquisa, apresentamos as impressões e expressões das organizações

associativas e cooperativas. Dessa forma, nesta parte expomos a realidade do desdobramento da *luta na terra* (compreendida como os movimentos sociais que buscam firmar bases para a permanência do camponês na terra), e como se colocam do ponto de vista interno (organização em si, bases estatutária, formação social etc) e do ponto de vista externo (na relação com a sociedade geral, na comercialização etc). Vejamos:

No **Capítulo 11**, tratamos mais diretamente das expressões das organizações camponesas na região, no tocante às caracterizações gerais. Assim, tendo em visto a formação social do campesinato e suas lutas, buscamos a compreensão da complexidade em que se reproduz a realidade desses sujeitos sociais na Amazônia-acreana. Nessa parte analisamos os princípios da formação do movimento cooperativista e associativista e os significados de sua expressividade na conjuntura do espaço agrário regional. Então, demonstramos que as idéias de associativismo e cooperativismo retomadas resultam de longos processos sociais no âmbito das relações de produção que submetem a classe trabalhadora, seja como instrumento à serviço das forças hegemônicas ou como expressões da resistência na conjuntura maior que a insere. Nisso vimos que o processo inovador dessas organizações de camponeses, na Amazônia-acreana, está na condição de surgir no âmbito da luta e da resistência camponesa como estratégias de geração de alternativas para ficar na terra.

No **Capítulo 12**, tratamos individualmente de cada organização, buscando apreender suas especificidades. Partimos da constatação de que há um universo deveras expressivo da difusão das idéias cooperativistas e associativistas no âmbito do espaço agrário Amazônico-acreano. De forma que podemos dizer que as organizações formadas a partir do trabalho da CPT/AC e dos STRs, são, na atualidade, aquelas que mais prosperam. Assim, tecemos considerações como estas se colocam, em sua localização, expressões territoriais, processos de formação, composição interna, atuação na produção e na comercialização e, ainda, no estabelecimento de parcerias. Com isso buscamos apreender o que não pode ser generalizado, mas que está correlacionado no âmbito geral das organizações coletivas.

Nos Capítulos décimo terceiro e décimo quarto, também como fechamento, efetuamos uma análise dos mecanismos de controle social e dos aspectos atuais do desenvolvimento agrário acreano, no âmbito do confronto dos movimentos sociais na sociedade geral e com o poder público. Vejamos separadamente:

No **Capítulo 13**, tratamos do sentido da apropriação de signos da luta, enquanto instrumentalização de determinados símbolos falados no âmbito da execução do projeto de “desenvolvimento sustentável” pelo atual Governo do Acre. Nesse processo,



muitos signos e símbolos da luta são cooptados na formulação e na execução do projeto de desenvolvimento que está sendo implantado. A legitimação do “projeto” funda-se em respostas aos anseios históricos da luta, com ações tidas como “modernas”. Estas, são colocadas de “fora para dentro”, inclusive sob discurso das *bandeiras de lutas* construídas no âmbito dos movimentos dos camponeses locais. Sendo assim, isso implicará em novas relações de autonomia ao campesinato e a suas organizações no espaço agrário acreano produzido? O que representa tais situações na execução e/ou imposição de projetos para a sociedade geral? Parece-nos que aí se forjam elementos de um imaginário que não são da sociedade no sentido global do termo, mas parcial no âmbito das representações de forças e interesses sociais presentes, em face da abrangência governamental e do respaldo em seguimentos sociais acreanos. Todavia, a presença emblemática nas significações cotidianas atuais no Acre, provinda das lutas dos camponeses, “empresta” ao “Governo da floresta” uma instituição social à sua fala que em si não tem sua legitimação. Aqui aparece o papel fundamental de significados gerados por uma “classe subalterna” (PAULA, 2003) na expressão de sua resistência, para legitimar poderes de setores políticos dominantes, ainda que tenha pequena participação de lideranças daí providas. Assim, ao mesmo tempo em que legitima, também dá sustentação aos propósitos desta elite que estava à margem do poder político local e vêem nesse processo possibilidades objetivas de seu retorno e firmação como centro do poder político dominante. Vemos aí a importância de apropriações conceituais, pelo “Governo da floresta”, pautada no objetivo de concreticidade a um “projeto de governabilidade” posto para a sociedade acreana. Então, a apropriação é justificada, pois a burguesia, na “terra que vive”, por si só não é geradora de seus próprios símbolos. Ao firmar-se no poder, precisa de uma legitimidade que, na realidade acreana, busca-se em meio às categorias sociais que atuam na luta e resistência na terra, como dos camponeses da floresta; isso contraposto a outros setores sociais dominantes que nunca buscaram, ou melhor, que não tinham representatividade legal na busca da incorporação dessa legitimidade. Em meio à luta do campesinato, sobretudo dos seringueiros (camponeses florestais), os signos gerados têm uma espacialidade explícita de uma realidade vivida cravada num território de floresta, com seu trabalho, luta e resistência. Daí, ao se apropriarem de tais signos da vivência de uma classe, esses sujeitos sociais darão a geograficidade ao discurso político da elite apropriadora, em que não tendo uma fala própria, legitima-se através da apropriação da fala de outro fazendo-a sua (sendo que a luta de classes e os conflitos, ao menos no discurso, temporariamente, tendem a ser amenizados).

No **Capítulo 14**, analisamos as expressões e impressões da *luta na terra* no âmbito de políticas governamentais e da sociedade. Vimos que no início dos anos de 1990, forças políticas dos movimentos sociais articuladas com posições partidárias progressistas, passam a ocupar maior espaço no âmbito da política estadual. Com a vitória da FPA ao governo estadual (1998), pela primeira vez após 1982 (ano da posse do primeiro governo eleito, pós-regime militar), teve-se um projeto que tanto abria espaços às representações dos movimentos sociais como para a firmação de mecanismos institucionais preocupados em obter governabilidade a partir de projetos que aí nasceram (como, p.e., através da instituição de uma linguagem, como tratamos na parte anterior). Todo o projeto de luta sob tais dimensões foi redimensionado. As circunstâncias da resistência do trabalhador amazônico-acreano, o respaldo obtido pelas perspectivas de defesa da *floresta* e o projeto político para o estado marcavam novos momentos na reprodução do agrário regional, a partir de meados da década de 1990. Com tais condições, houveram certas marcas providas dos movimentos sociais para a formulação e execução de políticas públicas no “Governo da Floresta”. Assim, no âmbito da busca de mercado, de políticas produtivas e de fomentos, há impressões desses legados da luta, mas também da opção pelo “desenvolvimento sustentável” como expressão da política global em sua localização nesta parte da Amazônia. Mas, então onde se processam estas formas de imposições? Por outro lado, será que as organizações coletivas rurais já deixam suas marcas no âmbito da sociedade? E, por final, será que existem possibilidades reais de ações de ganhos recíprocos? Com essas indagações, pudemos analisar a produção do espaço agrário no âmbito das políticas governamentais e da sociedade, e do embate da *luta na terra*, no atual momento.

Finalizando nas **Considerações Finais**, embora os últimos capítulos já fossem apresentados como fechamento do trabalho, deixamos alguns pontos de conclusões e proposições sobre o desenvolvimento agrário, visto a partir da realidade estudada. Assim, tecemos considerações sobre o espaço produzido amazônico-acreano, focalizando a questão agrária regional na perspectiva dos embates gerados pelas diversas proposições de desenvolvimento adotadas. Isso nos coloca na realidade momentânea vivida na região.

Agora passemos à leitura do trabalho, que certamente é mais reveladora das questões tratadas.

